

Geografia e Economia: Um casamento de conveniência

Regina Salvador

Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Av. Berna, 26 C, 1069-061 LISBOA
Telefone +351.1.7933919 Fax +351.1.7977759
regleo@mail.telepac.pt

Resumo

A disciplina nascida da união da ciência económica com a geografia está a dar os seus primeiros passos no caminho de se tornar consensualmente aceite na comunidade científica social. Por muito tempo, os caminhos da produção geográfica e da ciência económica correram em separado. Mas a oportunidade criada pelos novos modelos económicos de concorrência imperfeita traz o espaço para o interior da análise económica. A importância do espaço é crescentemente reconhecida pela generalidade das ciências sociais, criando um novo corpo científico, a geoeconomia. Também a geografia está a evoluir profundamente : mantendo-se ciência aplicável, busca “claridade intrínseca” em conceitos importados da economia, como os de planeamento estratégico ou de competitividade territorial.

Palavras-chave: Geografia Económica; Espaço na Análise Económica; Geoeconomia; Economia Urbana.

Résumé

La discipline scientifique née de l'union entre la science économique et la géographie est en train de donner ses tous premiers pas dans le chemin pour devenir un corps tout à fait acceptée par la communauté des sciences sociales. Pendant longtemps les chemins de la production géographique et ceux de la science économique se sont

passés loin l'un de l'autre. Mais l'opportunité créée par les nouveaux modèles économiques de concurrence imparfaite a permis d'introduire l'espace dans l'analyse économique. L'importance de l'espace est de plus en plus reconnue par les sciences sociales, donnant lieu à un nouveau corps scientifique, la géoéconomie. La géographie change aussi profondément : se tenant à sa place de science applicable, elle cherche «clarté intrinsèque» dans des concepts importés de la science économique, tels que planification stratégique ou compétitivité territoriale.

Mots-clés: Géographie Économique; L'espace dans l'Économie; Géoeconomie; Économie Urbaine.

Abstract

The scientific discipline born from the union between Economics and Geography gives its first steps in order to become largely accepted by the social academic community. For long, the paths of geographic production and economic analysis ran separately. But the opportunity open by the new economic models with imperfect competition brought "space" into economic analysis. The growing importance of space is largely recognised by the majority of social sciences, giving birth to a new scientific body, géoconomics. Geography is also changing deeply : while keeping its character of applied science, it looks for "inward evidence" in concepts imported from Economics, such as strategic planning or territorial competitiveness.

Keywords: Economic Geography; Space in Economics; Geoeconomics; Urban Economics.

Não estaremos muito longe da verdade ao dizermos que a disciplina nascida da união da ciência económica com a geografia (humana, para sermos mais específicos), está a dar os seus primeiros passos no caminho de se converter numa disciplina consensualmente aceite na comunidade científica social.

Os caminhos da produção geográfica e da ciência económica correram, por muito tempo, em separado.

A ciência económica evoluiu, buscando o aperfeiçoamento dos modelos matemáticos ao ponto de hipotasiá-los substituindo-os à realidade empírica. Buscou a consagração do paradigma físico-matemático dominante. Apoiando-se no método hipotético-dedutivo, foi a primeira das ciências sociais a construir modelos com regularidades (modelos nomotéticos) nos comportamentos humanos. Mas caiu numa "metafísica

cabalística”, esfumando-se em formas incompreensíveis e ineficazes. Como polemiza o aspirante a Prémio Nobel da Economia Paul Krugman : “...without doubt there is too much mathematics in the economics journals, because mathematical elaboration is a time-honored way of dressing up a banal idea. (...) Most of those papers aren’t worth reading, and many of them are pretty much impossible to read in any case, because they are loaded with dense mathematics and denser jargon. (...) The most popular economic theories among professors tend to be those that best allow for ingenious elaboration without fundamental innovation – ways to show that you are smart by putting old wine in new bottles, usually with fancier mathematical labels.” (1994, pg.8).

Até o respeitável “The Economist”, uma referência obrigatória no mundo empresarial e na comunidade científica, critica ferozmente a ciência económica. Há cerca de cinco anos publicou numa das suas secções um balanço das previsões dos economistas: ninguém acertou, nem o “mainstream” ou economia neo-clássica, nem os heterodoxos, radicais ou aparentados. “No reality please, we are economists” (alusão à peça britânica a respeito de sexo) tornou-se o mote da profissão.

Já a geografia (ou as geografias...) permaneceu ideocrática, descritiva, indutiva. Tal estratégia tornou a geografia, na expressão de Pierre Bourdieu, “uma disciplina dominada”. Resta ao geógrafo, prossegue Bourdieu “contentar-se *modestamente* com aquilo que lhe é concedido (...), quer dizer, o pequeno, o particular, o concreto, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição – por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc.” (1989, pg.104). Em suma, “o geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê” (Maurice Le Lannou, 1949), afasta-se da cientificidade tornando-se, na melhor das hipóteses, num jornalista acrítico.

É certo que, com alguma desfazagem no tempo, a geografia procurou no marxismo a estrutura teórica de que carecia : “And yet by the early 1980s, Marxism had come to hold an unprecedented influence within geography, compared to the other social sciences. In part this was a result of uneven intellectual development : in the 1960s geography embodied virtually no social theory (...). Geographers compensated for this lacuna with such an embrace of Marxism that within 15-20 years a disproportionate number of the most influential geographers were Marxists” (Bodman, 1992, citado por Johnston, 1994).

Toda a geografia tinha de ser então económica, desde que não suscitasse dúvidas heréticas, como por exemplo indagar como o fez K. Wittefogel sobre o Modo de Produção nos sistemas socio-políticos e económicos não ocidentais. Wittefogel reintroduz no seu livro “O Despotismo Oriental” a questão do eco-sistema : os factores ambientais, espaciais e demográficos assumem um papel determinante das super-estruturas político-culturais. O sistema de irrigação, distribuição e controlo das águas converte-se em variável explicativa das burocracias hidráulicas e colectivistas do Oriente (Mesopotâmia, Egipto faraónico, China).

Assim – continua Johnston – “marxists were no more convinced about geography than most geographers were about Marxism”. Em breve, a geografia voltava à orfandade teórica.

A Economia segundo Molière

Sem dúvida que uma das principais razões – talvez mesmo a principal razão – para o irrealismo dos modelos económicos (aquilo a que Kaldor chamava de “the irrelevance of equilibrium economics”) se deve ao facto de a ciência económica não incluir na sua análise a localização, a distância, o espaço geográfico.

Até ao ano de 1998, data da última edição do “*The New Palgrave. A Dictionary of Economics*”, geografia económica não figurava entre os seus verbetes. O mesmo ocorre com outras enciclopédias ou dicionários económicos menos consagrados que o centenário Palgrave. Mesmo o manual de Paul Samuelson, cartilha maternal do “economics”, não tem uma única referência aos termos “localização”, “economia espacial” ou “geografia económica”...

Contra todas as expectativas – e evidências - os economistas ignoraram o espaço, admitindo a existência de uma verdadeira “wonderland of no spatial dimensions”, na expressão consagrada de Walter Isard.

Mas tal como o personagem de Molière, Monsieur Jourdain que escrevia prosa sem o saber, também os economistas trabalham com geografia económica, julgando estar a contribuir para a análise económica ou para o comércio internacional : “I have spent my whole professional life as an international economist thinking and writing about economic geography without being aware of it”, confessa um abismado Krugman (1991, pg.1).

O “esquecimento” do espaço como variável a integrar na análise económica não se deve, está bem de ver, a nenhuma distração ou particular embirração por parte dos seguidores da disciplina criada por Adam Smith. Deve-se, isso sim, às hipóteses hipersimplificadoras dos modelos económicos e à concepção geralmente aceite de que o que não é modelizável (matematizado) deve ser ignorado. Os economistas do “mainstream” optaram “pelo menor esforço matematizável”, decidindo ignorar todas as teorias que não pudessem formalizar, mesmo aquelas que hoje, retrospectivamente, podemos classificar de excelentes. Na “cidade dos economistas” a geografia económica dificilmente gozava do direito de pernoite.

Ora, há hoje muito boas razões para este estado de coisas se alterar radicalmente.

Para introduzirmos o espaço na análise económica temos que deixar cair duas das hipóteses de base dos modelos económicos : concorrência perfeita e rendimentos constantes à escala.

Recorrendo ao sintético “Penguin Dictionary of Economics” temos que por concorrência perfeita se entende uma “estrutura de mercado de um bem homogêneo fornecido por várias pequenas empresas. As três características de base de um mercado em concorrência perfeita são :

- (i) Existência de uma multiplicidade de empresas (compradores ou vendedores) todas elas demasiado pequenas para influenciarem o preço de mercado; em consequência, a receita marginal e o preço são iguais para todas elas.
- (ii) Todas as empresas procuram maximizar o lucro.
- (iii) As empresas entram e saem do mercado sem qualquer custo” (op.cit., pg.316) ¹.

Por “rendimentos constantes à escala” entende-se a “proporcionalidade entre aumentos na produção e aumentos em todos os factores produtivos (inputs). Se se duplica o número de trabalhadores, matérias-primas e máquinas pode verificar-se uma de três situações : *rendimentos decrescentes à escala* se a produção menos que duplicar; *rendimentos constantes à escala* se a produção também duplicar; e *rendimentos crescentes à escala* se a produção mais que duplicar” (1998, pg.359) ².

A concentração geográfica da produção é uma demonstração clara da existência de rendimentos *crescentes à escala* (economias de escala) que leva inexoravelmente a mercados de concorrência imperfeita. Esta concentração (das actividades, dos recursos, das pessoas) é o traço mais evidente da geografia económica. Já na escola primária as crianças estudam este fenómeno a partir de mapas em que as espigas de trigo assinalam as regiões agrícolas e as indústrias são representadas por chaminés fumegantes.

Ora, acontece que até há poucos anos era impossível modelizar modelos de concorrência imperfeita com rendimentos crescentes à escala. Assim, a geografia económica e a economia urbana foram sendo empurradas para a periferia da investigação científica.

A Evolução da Ignorância

Mas os tempos mudaram : os anos 70 e 80 assistiram a uma verdadeira revolução na chamada “teoria da organização industrial” (de organização dos mercados) , capaz de fornecer modelos de concorrência imperfeita, com rendimentos crescentes à escala. As oportunidades intelectuais desta revolução são incalculáveis : a economia internacional e o crescimento económico, duas das áreas nobres da ciência económica sofreram alterações profundas, graças aos trabalhos pioneiros de Paul Romer, Helpman/Krugman, Robert Barro, Sala-i-Martin, Robert Lucas, K.Murphy, R. Hall, entre muitos outros.

¹ Tradução da autora.

² Idem.

A revolução nestas áreas do pensamento económico é tão grande que se chega mesmo a falar de “*nova teoria do crescimento económico*” e de “*nova economia internacional*”.

A introdução de rendimentos crescentes à escala na economia internacional permite explicar a especialização e a competitividade de um país ou região com base, por exemplo, na sua história económica e não apenas nos diferentes recursos existentes (como era o caso da teoria de vantagens comparativas desenvolvida a partir da escola sueca de Heckscher e Ohlin). Também a teoria do crescimento económico recuperou ideias de autores como Myrdal, Hirschmann ou Nurkse (curiosamente autores de culto por parte dos geógrafos, mas desprezados pelos economistas) – como os “círculos virtuosos do desenvolvimento”, os “efeitos de arrastamento” ou a persistência dos desequilíbrios regionais. Estas ideias, aparentemente evidentes para o observador menos atento (excepto se ele for economista), ocupam agora o centro da “*high development theory*”.

Assim, a excessiva modelização e algebrização em que caiu a economia positiva levou ao alheamento, durante mais de trinta anos, do esforço de compreensão dos mecanismos do crescimento económico, sem dúvida uma das mais urgentes tarefas da Ciência Económica e a única via segura de combate à pobreza.

Inspirando-se num “*paper*” universitário intitulado “*The Evolution of Ignorance about Africa*”, Krugman faz um paralelo entre a teoria de crescimento económico e a evolução dos mapas do continente africano entre os séculos XV e XIX : seria de esperar que, à medida que o conhecimento sobre o continente avançava, os mapas evidenciassem maior rigor e número de detalhes. Mas tal não aconteceu. No século XV, os mapas sobre África eram pouco rigorosos com as distâncias, a linha de costa, etc. No entanto, continham uma série de informações sobre o interior, em geral com base em relatórios de viajantes. Os mapas mostravam Tombuktu, o rio Níger, etc. Claro que também continham muita informação falsa, como a existência de criaturas fantásticas ou de reinos imaginários. Mas, no século XV, o mapa de África era um espaço preenchido.

Com o tempo, a cartografia e a qualidade das informações disponíveis foram melhorando. No século XVIII, a costa africana era representada praticamente de forma idêntica à dos mapas actuais. Por outro lado, o interior esvaziou-se. As estranhas criaturas míticas desapareceram e com elas foram as cidades e os rios verdadeiros. De certa forma, os Europeus tornaram-se mais ignorantes quanto a África do que já o tinham sido no passado. Os progressos na cartografia elevaram os padrões do que poderia ser considerado como dados válidos. Informações em 2.ª mão do tipo “seis dias a sul do fim do deserto encontra-se um rio que corre de leste para oeste” passaram a ser ignoradas. Só territórios que tinham sido visitados por viajantes respeitáveis munidos de sextantes e compassos passavam a ser considerados. Assim, o preenchido – e confuso – interior de África dos mapas antigos transformou-se num espaço vazio, uma verdadeira “África negra”. Claro que no final do século XIX, o continente estava todo explorado e o rigor

da cartografia moderna levou à feitura de mapas infinitamente melhores do que quaisquer outros. Mas houve um extenso período na qual a melhoria das técnicas levou a uma certa perda de conhecimentos.

E o mesmo se passou com vários ramos da Ciência Económica, ao longo dos últimos 30 ou 40 anos.

Queda e Ascensão da Geografia Económica

É mais que tempo para aplicar os novos instrumentais matemáticos à geografia económica e trazê-la de novo para o seio da análise económica. Aliás estas questões “estão na moda” e começamos assim a ter um já importante grupo de autores que trabalham na introdução do espaço no pensamento económico (incluindo em muitos casos, modelização matemática) : Michael Porter, Jeffrey Sachs e Robert Barro, de Harvard; Jacques-François Thisse e Jean-Pierre Puig de Paris; Masahisa Fujita de Tóquio; Paul Romer, de Rochester; Anthony Venables, de Londres, etc..

Além dos autores acima citados, Edward Luttwak e Colin S. Gray na ciência política; Manuel Castells e Saskia Sassen, na sociologia urbana; Kenichi Ohmae e Robert Reich nas relações internacionais; ou Yves Lacoste e Pascal Lorot, na geografia têm contribuído para a criação de uma teoria pluridisciplinar do espaço.

Para exprimir esta alteração de fundo, há quem fale em *geoeconomia* por analogia (ou pelo menos por homomorfismo), com a palavra *geopolítica*. O poder tradicional dos Estados estará, pelo menos até certo grau, a ser substituído pelo poder económico, menos convencional e mais difuso. Citando Schumpeter, o surgimento da “Economia-Mundo” marcaria o início da contradição entre geopolítica e *geoeconomia*.

Claro que, como lembra o velho Schopenhauer, “não há nada de novo à face do Sol”. Tudo está nos clássicos : assim, Vidal de la Blache colocou a repartição da população humana e o estudo das suas causas à cabeça dos seus “*Principes de Géographie Humaine*”. Entre os economistas, é da mais elementar justiça recordar Alfred Marshall (e o seu conceito de “*industrial district*” que, com adaptações, se mantém até ao presente no centro das preocupações teóricas) e Léon Walras (“*On ne fait point de l’industrie entre ciel et terre; il faut se poser quelque part sur le sol*”). E, *last but not the least*, Fernand Braudel – e a sua “*École des Annales*” – que há mais de meio século aplicou à história do desenvolvimento económico as explicações geométricas da geografia económica alemã do século passado e inícios do século XX (Von Thünen, Christaller, Lösch, Alfred Weber, etc.).

Lembremos ainda dois esforços hercúleos de síntese entre a geografia e a economia:

A – A primeira grande tentativa deve-se a Walter Isard, fundador da “*regional science*” nos anos 50 : trata-se de um domínio eclético que reúne um vasto conjunto de técnicas, de extrema utilidade em diversas áreas, nomeadamente para o planeamento regional. Contudo, apesar do grande interesse prático da ciência regional, Isard não a conseguiu transformar num corpo teórico integrado e consistente.

B – A segunda grande tentativa para introduzir o elemento “espaço” na análise económica foi feita pela “nova economia urbana” dos anos 60 e 70. A sua análise parte de uma cidade mono-cêntrica em que parte da população se desloca regularmente a esse centro (CBD - “Central Business District”). Procura-se então identificar o padrão do uso e das rendas do solo à volta desse centro.

Trata-se, no fundo, de um “Von Thünen revisitado” com as mesmas qualidades e as mesmas deficiências do modelo original : se, por um lado, temos um quadro geral do modo como o mercado funciona relativamente ao recurso escasso “espaço”, por outro lado, não temos nenhuma explicação para o aparecimento inicial do centro (CBD).

Existe ainda uma outra razão para o insucesso desta nova economia urbana. Muitas das grandes metrópoles, nomeadamente as cidades da “Terceira Vaga” (Los Angeles, Boston/Estrada 128, Seattle), evoluíram no sentido oposto ao previsto no modelo, com o desenvolvimento simultâneo de vários núcleos nas periferias.

Apesar destes relativos insucessos, a geografia e a economia foram tecendo laços cada vez mais estreitos. Em particular, depois da 2.^a Guerra Mundial com a crescente preocupação com o bem-estar das populações (base do planeamento regional, como o demonstra Karl Manheim no seu célebre livro “*Planning for Democracy*”) exige-se a inclusão da Ciência Económica, do cálculo de custos e benefícios, como peça basilar para a eficácia do estudo da Geografia, no seu mais amplo sentido. E como sublinha Michel Quevit (1996) a revolução tecnológica dos anos 90 e o aparecimento de novos tipos de infra-estruturas ligados às tecnologias de informação tornou ainda mais complexa a escolha dos “custos alternativos” das várias categorias e tipos de equipamentos.

Também o recente mas muito dinâmico ramo de aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica ao desenvolvimento sócio-económico – através de estudos de localização, de acessibilidades, de marketing – representa uma nova e promissora intersecção geo-económica.

Mas há ainda outras razões que nos levam a estudar o campo científico de intersecção entre a geografia e a economia :

- 1.^a – O *processo de globalização* (económica, financeira, o papel crescente das multinacionais, a crescente mobilidade da produção) e a criação de uma nova

estrutura que rompe com a velha e conhecida relação “Estado = Território = Riqueza” que está a transformar a fisionomia do espaço.

Assim, com o “fim da história” (utilizando a famosa expressão de Fukuyama), a hegemonia do “consensus de Washington” (isto é, a lógica neo-liberal que norteia a economia mundial) e as novas descobertas teóricas assiste-se a uma redescoberta da importância da geografia por parte das ciências sociais, em geral (em particular da economia).

- 2.^a – *A fronteira entre economia internacional e economia regional está a desaparecer*, em muitas partes do globo. É sem dúvida, o caso da União Europeia, a partir de 1992, com a criação de um Mercado Único de bens, pessoas e capitais. Mas não só: a importância crescente de outros blocos de integração regionais (Mercosul, NAFTA), têm contribuído para esta redescoberta do papel do espaço na actividade económica.
- 3.^a – Ainda e sempre, o *estudo da localização das actividades económicas* : porque é que a distribuição geográfica se concentra num pequeno número de aglomerações urbanas? Esta questão que trata das razões da especialização económica e da competitividade das cidades e das regiões constitui, sem dúvida, o núcleo duro da “*nova geografia económica*”. Embora, em si, a questão não seja nova os instrumentos de que dispomos dão-nos, a partir de agora, um poder acrescido de análise teórica e empírica.

Os Factores Não-Económicos do Desenvolvimento

Os rendimentos crescentes à escala vêm recuperar a importância dos factores não-económicos - muito em particular, da história económica - como determinantes da localização e da especialização económica. Alguns sectores que, algures num passado mais ou menos distante, se concentraram numa área ou região, aproveitando recursos abundantes aí existentes (matérias-primas, energia, mão-de-obra especializada) podem, ainda hoje, permanecer no mesmo local ainda que as condições presentes já não sejam as mesmas ou as ideais para o seu funcionamento (rareamento de matérias-primas, tecnologias que tornaram dispensáveis certos “inputs”, etc.).

Demos um exemplo : “*Em 1895, uma adolescente de nome Catherine Evans vivendo na pequena cidade de Dalton, na Geórgia, fez uma coberta como prenda para um casamento. Tratava-se de uma coberta original para a época, pois era acolchoada; a arte dos acolchoados tinha-se vulgarizado nos séculos XVIII e inícios do século XIX, mas tinha caído em desuso à época. Consequência directa dessa prenda de casamento,*

Dalton emergiu, depois da 2ª. Guerra Mundial, como o principal centro de alcatifas dos EUA. Seis das vinte maiores empresas de alcatifas do país localizam-se em Dalton; as restantes, localizam-se nos arredores; e o sector das alcatifas, em Dalton emprega mais de 19.000 trabalhadores” (Krugman, 1991, pg.35).

Todo o processo de industrialização está marcado por histórias semelhantes à de Catherine Evans. O que interessa não é, é claro, o acidente inicial mas a natureza do processo cumulativo que permitiu que tais acidentes tivessem efeitos tão duradouros. E, na linha iniciada por Marshall - para quem a abundância de mão-de-obra e a oferta de “inputs” são os factores fundamentais para a especialização produtiva - a maioria dos autores considera que os recursos produtivos, a tecnologia e as externalidades são determinantes.

O que foi dito para a indústria é também verdade para os serviços, sobretudo para os serviços transaccionáveis (bancos, seguros, comércio, serviços às empresas, etc.). A primeira linha do teclado dos PC pessoais é igual à disposição padrão das primeiras máquinas de escrever do século XIX. À época, com a tendência das teclas para emperrar, havia vantagem num “*layout*” que obrigava as dactilógrafas a trabalhar devagar. Com o tempo, teclas emperradas passaram a ser coisa do passado e teria sido lógico usar uma alternativa mais eficiente. Mas já era tarde de mais : as dactilógrafas aprendiam o seu ofício em teclados QWERTY porque era o que os fabricantes produziam; e os fabricantes produziam máquinas de escrever QWERTY porque eram essas as que as dactilógrafas sabiam usar.

Histórias como estas são comuns em economia : algumas delas envolvem escolhas tecnológicas (é o caso dos vídeos VHS ou do famoso programa *Windows*), factores geográficos (os têxteis no Vale do Ave ou os lanifícios da Covilhã), historico-políticos ou simplesmente de carácter pessoal.

A Geografia Morreu? Viva a Geografia!

A revolução na teoria do conhecimento iniciada, no século XVIII, pelo filósofo e professor de geografia Emmanuel Kant desembocou no método hipotético-dedutivo, dominante neste final de milénio. Perante a especificidade do objecto teórico “Homem”, torna-se necessária uma metodologia científica que tenha em consideração a complexidade dos fenómenos estudados pelas ciências sociais : para “navegar” o cientista necessita de mapas adequados.

Para filósofos e epistemólogos das ciências da natureza e da sociedade, uma explicação adquire maioridade ao converter-se ao paradigma físico-matemático. Mas esta doutrina não é consensual. Baseando-se na fenomenologia de Husserl, Merleau-Ponty chega a um compromisso : “*L’induction telle qu’elle est vraiment pratiquée par les*

physiciens est déjà une lecture d'essence. (...) Ce qui donne finalement à l'induction sa valeur probable (...) ce n'est pas le nombre des faits qui sont invoqués pour la justifier, c'est la clarté intrinsèque que les idées ainsi forgées répandent sur les phénomènes (...) Considerons l'exemple de Galilée et l'induction fondamentale qui en somme crée la physique moderne. Comment Galilée procède-t-il ? (..) Il conçoit librement le cas pur de la chute libre d'un corps dont il n'y a aucun exemple dans l'expérience" (in Bourdieu et al., 1968, pg.273-274).

Deste modo, segundo Husserl e seguidores, a Geografia poderá manter o seu carácter de “disciplina aplicável”, baseada na análise de casos concretos, sem ter de prescindir do seu carácter científico devido à falta de corpo teórico. A indução não passa necessariamente pelo recenseamento de um grande número de casos. É um processo de análise intelectual cuja verificação consiste na constatação que o conjunto de conceitos elaborados traz clareza total (ou pelo menos satisfatória) aos fenómenos observados.

É assim que a Geografia, como nota Boudeville (1972), tem vindo a buscar na Economia fundamentos empíricos e justificações teóricas, como seja, por exemplo, a dos “efeitos de contiguidade” (economias externas).

O pensamento geográfico tem igualmente caminhado no sentido de uma complexidade crescente, em especial quando o objecto de análise é a região. *“O geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco além das fronteiras políticas ou administrativas da região. Daqui a tendência que ele tem para tratar a economia de uma região como uma entidade em que as relações internas são preponderantes. Para o economista, pelo contrário, a região seria tributária de outros espaços”,* afirma Bourdieu (1989, pg.108-109).

Mas, até por imposições de natureza política (regional e local), os geógrafos estão cada vez mais atentos à articulação entre o local e o global : *“Avec la globalisation, ce qui importe ce n'est plus seulement le bon fonctionnement interne du système territorial de production, mais ses relations avec l'extérieur, sa capacité à percevoir les transformations de son environnement technologique et de marché, mais aussi et surtout l'évolution des autres systèmes territoriaux de production”* (Maillet, 1995, pg.25).

Todo o corpo de pensamento geográfico ligado aos “meios inovadores”, ao “planeamento estratégico”, à “competitividade territorial”, ao “marketing das cidades”, à importância dos centros urbanos para garantir a massa crítica (economias de escala) necessária ao arranque do processo de desenvolvimento resulta desta abertura ao paradigma da complexidade das ciências sociais, em geral e aos conceitos da Ciência Económica, em particular.

Aliás as conclusões de um projecto de investigação realizado por uma equipa de investigadores do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa sobre *“As Vantagens Competitivas das Regiões Portuguesas”* aponta as economias de aglomeração como o factor decisivo, muito em especial para o sector trans-

formador nas regiões Norte, Centro e Algarve. Isto é, as empresas industriais retiram a sua principal fonte de competitividade dos ganhos de proximidade de outras empresas congéneres ou complementares. A geografia explica a economia.

Algumas visões radicais (o “*demise of geography*” de Alvin Toffler, ou a “*global village*” de MacLuhan) chegaram a prever o fim da geografia. O poder crescente das novas tecnologias, o aumento da mobilidade das pessoas e factores produtivos e sua influência na uniformização dos modos de vida tornariam o espaço uniforme, donde despiendo para a análise científica. Tal não se verificou. Bem pelo contrário : assiste-se a uma recuperação dos factores “territoriais”, imóveis, que atribuem verdadeira competitividade a um território . A globalização desencadeou uma reflexibilidade entre local e global, que levou à criação da “*network society*” de Manuel Castells. Como, já nos anos 40, Pierre George afirmava premonitoriamente : “*Avant c’était les régions qui faisaient les villes, maintenant ce sont les villes qui font les régions*”.

Conclusões

Assim, neste final de milénio, a economia regional, a geoeconomia e a gestão do território retomam força e vigor. São chamadas a responder aos desafios lançados pelas integrações transnacionais e pelo surgimento de novos poderes locais alargados. A natureza e dinâmica do espaço alterou-se : da região natural passou-se à região de desenvolvimento e, desta, à região económica.

Exige-se um enquadramento teórico e a produção de conceitos adequados e operacionais às novas escalas de actuação. Acresce que estes novos elementos teóricos e políticos se reflectem na criação de novas oportunidades profissionais que os geógrafos, mais do que qualquer outros, estão à altura de aproveitar pois serão aqueles que maior número de variáveis integram e elaboram.

As ciências sociais, em geral (e a economia em particular) redescobrem a importância da geografia. Erguem-se importantes desafios para os investigadores de ambos os lados (geografia e economia). A geografia encontra na economia recursos quase inesgotáveis de reflexão teórica. Por outro lado, só a geografia poderá trazer à economia o realismo e a capacidade de intervenção necessárias à resolução dos problemas do mundo contemporâneo.

Bibliografia

- BOUDEVILLE, J.R. (1972) – *Aménagement du Territoire et Polarisation*, Ed. M.Th. Génin, Paris.
BOURDIEU, Pierre /PASSERON, J-C./ CHAMBOREDON (1968) – *Le Métier de Sociologue*, Bordas, Paris.
BOURDIEU, Pierre (1989) – *O Poder Simbólico*, Memória e Sociedade, Difel, Lisboa.
CHISOLM, C.G. (1966) – *Geography and Economics*, Bell/Boulder, CO:Westview Press, London.

- DICKEN, Peter (1998) – *Global Shift. Transforming the World Economy*, Paul Chapman Publ., 3rd. Edition, London.
- JOHNSTON, R.J. (1994) – *The Dictionary of Human Geography*, Blackwell, 3rd. Ed., Oxford.
- JUILLIARD, E. (1962) – *La Région, Essai de Définition*, Annales de Géographie, Set/Out, pg. 483-499.
- KRUGMAN, Paul (1991) – *History and Industry Location : the Case of the US Manufacturing Belt*, American Economic Review.
- KRUGMAN, Paul (1993) – *Geography and Trade*, The MIT Press.
- KRUGMAN, Paul (1994) – *Peddling Prosperity*, W.W.Norton & Co., New York.
- KRUGMAN, Paul (1995) – *Development, Geography and Economic Theory*, The MIT Press.
- KRUGMAN, Paul (1995) – *The Self-Organising Economy*, The MIT Press.
- LE LANNOU, Maurice (1949) – *La Géographie Humaine*, Flammarion, Paris.
- LEE, Roger / WILLS, Jane (1997) – *Geographies of Economies*, Arnold, London.
- LEFEBVRE, Henri (1972) – *Espace et Politique*, Éditions Anthropos, Paris.
- LEFEBVRE, Henri (1968) – *Le Droit à la Ville*, Éditions Anthropos, Paris.
- LOROT, Pascal (Coord.) – (1997) – *Pourquoi la Géoeconomie?*, Revue Française de Géoeconomie, N.º 1, Economica, Paris.
- LOROT, Pascal (Coord.) – (1998) – *Les Régions dans la Nouvelle Économie Mondiale*, Revue Française de Géoeconomie, N.º 5, Economica, Paris.
- MAILLET, Denis (1995) – *Milieux Innovateurs et Nouvelles Generations de Politiques Régionales*, Actas do Encontro sobre “Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local”, Évora.
- MORRIS, Arthur (1998) – *Geography and Development*, UCL Press, London.
- (The New) PALGRAVE (1998) – *Dictionary of Economics*, The Macmillan Press, London.
- PENGUIN (1998) – *Dictionary of Economics*, 6th.Ed., London.
- QUEVIT, Michel (1996) – *Relations entre Aménagement du Territoire et Développement Régional Équilibré*, Parlement Européen.
- SALVADOR, Regina (1997) – *Geoeconomia : Uma Crítica à Representação Económica Dominante*, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – O Conceito de Representação, pg.233-239, Lisboa.
- SALVADOR, Regina (1997) – *Avaliação Crítica das Políticas de Desenvolvimento Regional em Portugal*, Ed.Forum para a Competitividade, Lisboa.
- SALVADOR, Regina (Coorden.)(1997) – *Vantagens Competitivas Regionais*, AIP, Lisboa.
- SCOTT, Allen (1998) – *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition and Political Order*, Oxford University Press.
- THISSE, Jacques-François (1996) – *Science Regionale et Economie Géographique : Matériaux pour un Rapprochement*, Revue d'Economie Régionale et Urbaine, n.º4, pg.673-694.
- WILLIAMS, R.H. (1996) – *European Spatial Policy and Planning*, Paul Chapman, London.
- WITTFOGEL, Karl (1962) – *Despotismo Oriental. Estudio Comparativo del Poder Totalitario*, Ed. Guarrama, Madrid.